



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Palestina do Pará**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023).....	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Palestina do Pará (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

Em Palestina do Pará, a taxa de pobreza iniciou em 2019 com 66,4% da população em situação de pobreza, recuando levemente para 63,5% em 2020 e 62,4% em 2021. Contudo, em 2022, o município apresentou um salto significativo para 73,3%, o maior valor da série. Em 2023, houve forte recuo, com a taxa retornando para 57,4%, ainda que acima da média estadual. Já na RI Carajás, oscilou de 30,5% em 2019 para 29,8% em 2020, subindo progressivamente até 37,5% em 2022 e recuando para 29,1% em 2023. No estado do Pará, a

trajetória foi semelhante: 41,5% em 2019, ligeira queda até 2021 (41,9%), salto para 59,0% em 2022 e retorno a 43,8% em 2023 (Gráfico 1).

Esses dados revelam forte impacto da crise sanitária e econômica de 2022 sobre as populações mais vulneráveis, com recuperação apenas parcial em 2023. A queda recente da taxa em Palestina do Pará (de 73,3% para 57,4%) pode indicar políticas sociais ou melhora econômica local. A RI Carajás teve desempenho mais estável, oscilando dentro de uma faixa estreita. No caso do estado, a alta expressiva em

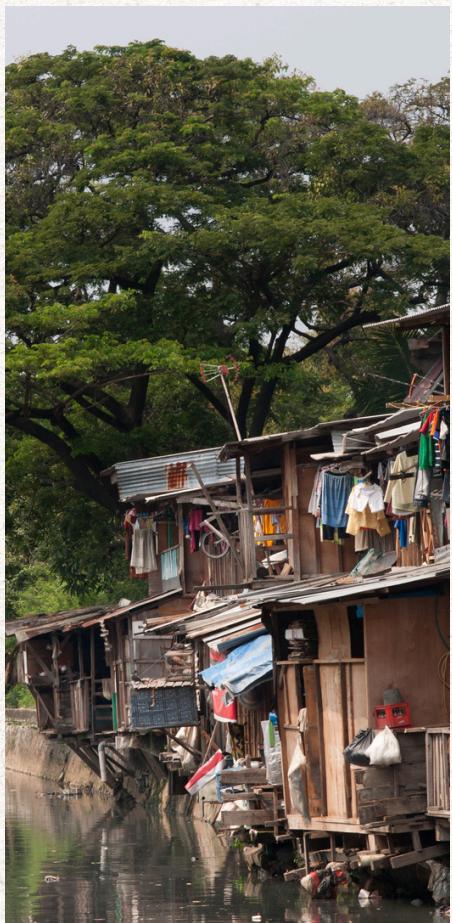
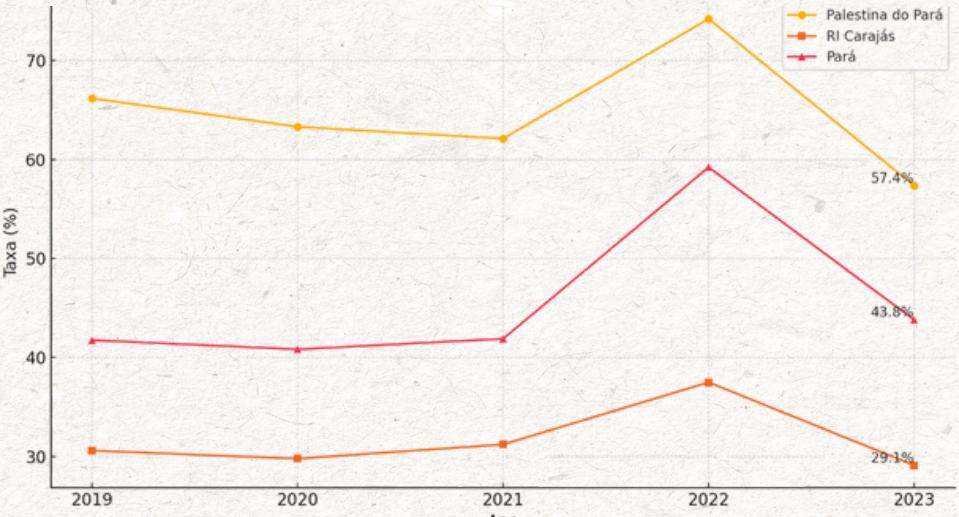




Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)

2022 foi revertida parcialmente, mas ainda não retornou aos níveis pré-pandemia. A diferença entre município e região evidencia desigualdades intra-regionais e reforça a importância de abordagens territoriais específicas no combate à pobreza (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 57,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

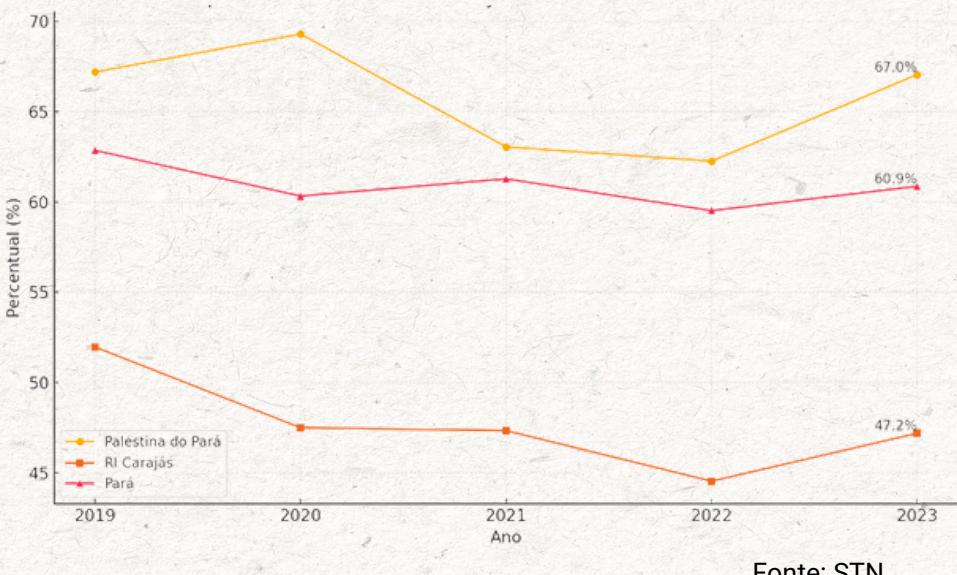
Palestina do Pará apresentou inicialmente 67,1% do orçamento destinado a serviços essenciais em 2019, elevando-se para 69,3% em 2020. Em 2021, essa proporção caiu para 63,1%, manteve-se em 2022 (62,3%) e voltou a crescer em 2023, alcançando 67,0%. A RI Carajás teve redução contínua de 52,0% em 2019 para 47,2% em 2023, após atingir o menor valor em 2022 (44,5%). O estado do Pará teve pequena oscilação, indo de 62,8% em 2019 para 60,1% em 2020, atingindo 61,3% em 2021, caindo a 59,4% em 2022 e subindo levemente a 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

Essa trajetória mostra que, apesar da ins-

tabilidade, Palestina do Pará manteve patamar elevado de alocação para serviços essenciais, sugerindo compromisso contínuo com saúde, educação e assistência. A recuperação em 2023 pode estar associada a maior arrecadação ou priorização estratégica. Já a RI Carajás revela tendência de queda, sugerindo deslocamento de recursos para outras áreas ou dificuldades fiscais. O estado manteve certa estabilidade, mas em níveis menores que o município. A comparação evidencia que, em termos proporcionais, Palestina do Pará tem priorizado mais os serviços essenciais que sua região imediata e o estado como um todo (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

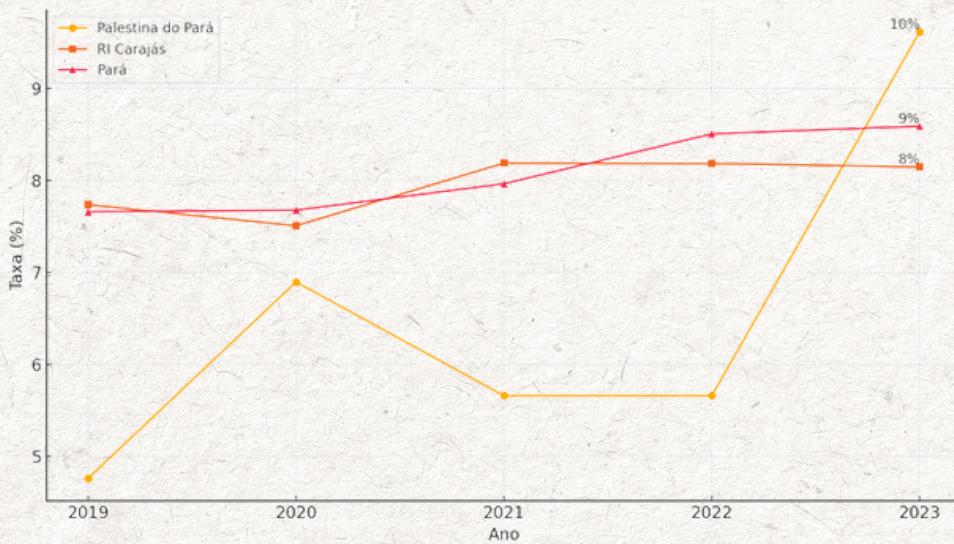
Em Palestina do Pará, a taxa de nascidos vivos com baixo peso ao nascer partiu de 4,7% em 2019, subindo para 6,9% em 2020. Após queda para 5,7% nos anos de 2021 e 2022, houve um aumento expressivo em 2023, atingindo 10%, ultrapassando os percentuais regionais e estaduais. A RI Carajás iniciou em 7,7% em 2019, caiu para 7,5% em 2020, e subiu para 8,2% em 2021 e 2022, mantendo-se em 8,2% em 2023. No Pará, o índice partiu de 7,6% em 2019, com leve queda em 2020 (7,6%) e aumentos sucessivos até chegar a 9% em 2023 (Gráfico 3).

O aumento abrupto no muni-

cípio em 2023 (de 5,7% para 10%) acende um alerta, sugerindo possível deterioração das condições de saúde materno-infantil. Enquanto as médias da RI e do estado oscilaram dentro de uma faixa mais estreita e crescente, o comportamento de Palestina do Pará revela um pico atípico que demanda investigação. Fatores como acesso ao pré-natal, nutrição materna ou aumento da vulnerabilidade social podem estar implicados. A elevação generalizada no estado também indica que o problema não é isolado, mas o município teve uma deterioração mais aguda e repentina (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



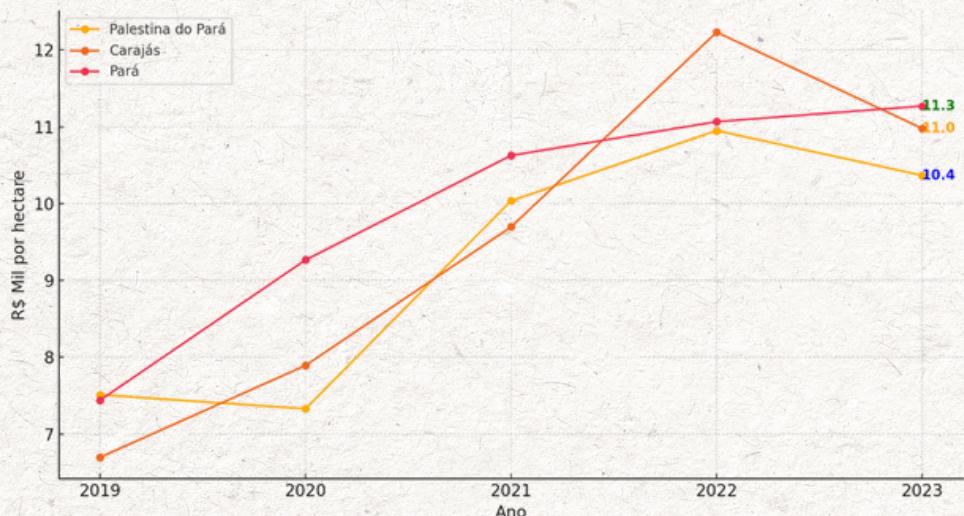
Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola em Palestina do Pará cresceu de R\$ 7,5 mil/ha em 2019 para R\$ 7,3 mil/ha em 2020, e saltou para R\$ 10,0 mil/ha em 2021. Em 2022, o valor chegou a R\$ 11,0 mil/ha, mas recuou para R\$ 10,4 mil/ha em 2023. A RI Carajás iniciou com R\$ 6,7 mil/ha em 2019, chegando ao pico de R\$ 12,2 mil/ha em 2022 e caindo para R\$ 11,3 mil/ha em 2023. Já o Pará evoluiu de R\$ 7,4 mil/ha em 2019 até R\$ 11,3 mil/ha em 2023, com crescimento mais estável ao longo dos anos (Gráfico 4).

O município teve forte ganho entre 2020 e

2022, mas a queda em 2023 interrompeu esse ritmo. Ainda assim, o patamar atual (R\$ 10,4 mil/ha) é superior ao início da série. A RI Carajás e o estado do Pará tiveram crescimento mais consistente e atingiram valores mais elevados em 2023. O desempenho de Palestina do Pará é positivo, mas a queda recente indica desafios que podem estar ligados a condições climáticas, acesso a insu- mos ou gestão da produção. O acompanhamento dessa oscilação é fundamental para garantir estabilidade e sustentabilidade no setor agrícola local (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10,4 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

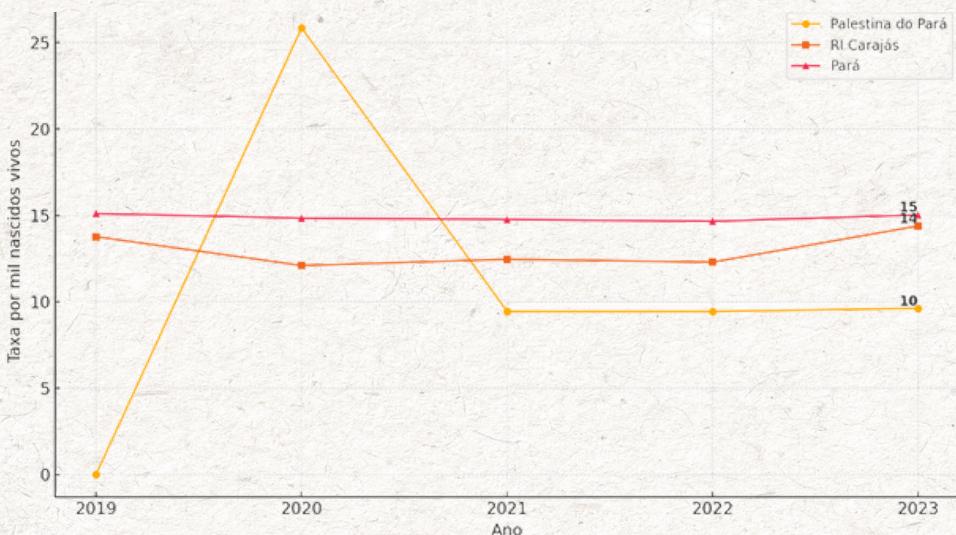
Em Palestina do Pará, a taxa de mortalidade infantil era nula em 2019, mas saltou para 25,7 por mil nascidos vivos em 2020, o maior valor da série. Nos anos seguintes, houve uma forte queda para 9,5 em 2021 e a taxa se manteve estável até 2022, encerrando 2023 com 10,0. Na Região de Integração Carajás, o indicador oscilou levemente de 13,7 em 2019 para 14,0 em 2023, após uma queda até 2021 (12,3). Já no estado do Pará, os valores mantiveram-se estáveis, entre 14,9 e 15,0 ao longo de todo o período (Gráfico 5).

O pico observado em 2020 no município pode estar relacionado a falhas pontuais nos serviços de saúde, subnotificação anterior ou eventos específicos. A posterior estabilização sugere melhorias no atendimento ou correção de dados. Em comparação com a RI e o estado, Palestina do Pará apresentou maior oscilação, enquanto os demais territórios demonstraram estabilidade. Apesar do recuo após 2020, a taxa de 10,0 em 2023 ainda representa um desafio. A manutenção da vigilância e o fortalecimento da atenção básica são fundamentais para consolidar essa melhoria (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 10 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

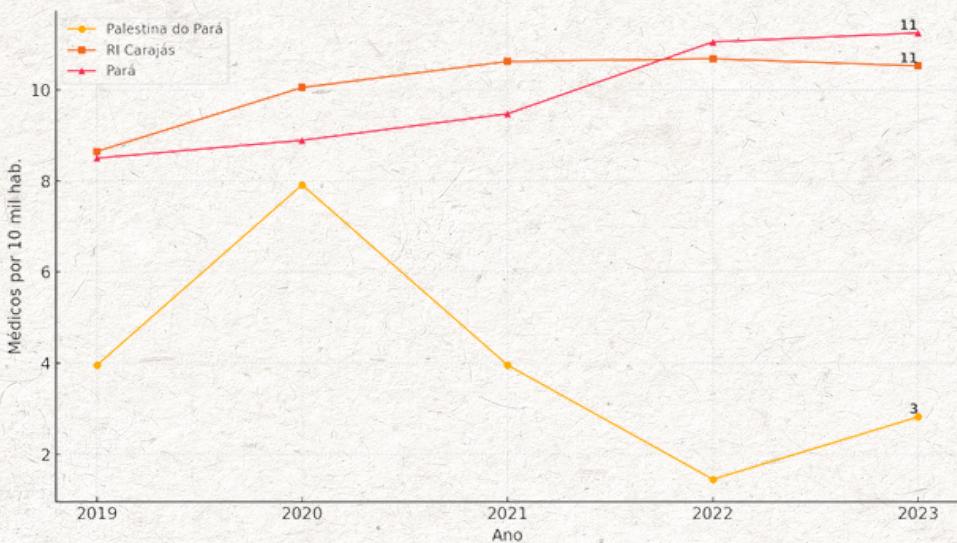
Palestina do Pará iniciou 2019 com 4 médicos por 10 mil habitantes, saltando para 7,9 em 2020. No entanto, houve queda acentuada nos anos seguintes, atingindo apenas 1,4 em 2022, com leve recuperação em 2023 para 3,0. A RI Carajás apresentou crescimento estável, de 8,7 em 2019 até 11,0 em 2023. O estado do Pará acompanhou essa tendência: 8,5 em 2019, alcançando também 11,0 em 2023, com destaque para o crescimento expressivo entre 2021 e 2022 (Gráfico 6).

A trajetória de Palestina do Pará indica

dificuldade na retenção ou contratação de médicos, com uma redução drástica após 2020. Esse cenário contrasta com o avanço contínuo da média estadual e regional, o que evidencia uma fragilidade local na política de provimento de profissionais de saúde. A escassez médica pode ter implicado diretamente nos indicadores de saúde, como a taxa de mortalidade infantil. A leve recuperação em 2023 é positiva, mas ainda distante dos padrões da RI e do estado, sendo necessário esforço específico para suprir esse déficit (Gráfico 6).



Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE



O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em 2019, Palestina do Pará possuía 245 vagas por mil habitantes, número que caiu para 241 em 2020 e para 231 em 2021. Em 2022, houve aumento expressivo para 253,9 vagas, antes de recuar para 222 em 2023. A RI Carajás manteve relativa estabilidade, com leve queda de 238 vagas em 2019 para 198 em 2023. Já o estado do Pará apresentou crescimento moderado, de 211 em 2019 para 219 em 2022, caindo para 193 em 2023 (Gráfico 7).

O município manteve oferta

superior à média regional e estadual durante todo o período, com destaque para o pico de 2022. No entanto, a queda registrada em 2023 (31,9 vagas a menos) indica um possível ajuste na rede ou redução populacional. A RI e o estado também apresentaram queda recente, mas em menor intensidade. A boa oferta de vagas é um indicador positivo, porém é necessário acompanhar se a retração observada reflete otimização da rede ou possíveis perdas de capacidade instalada (Gráfico 7).

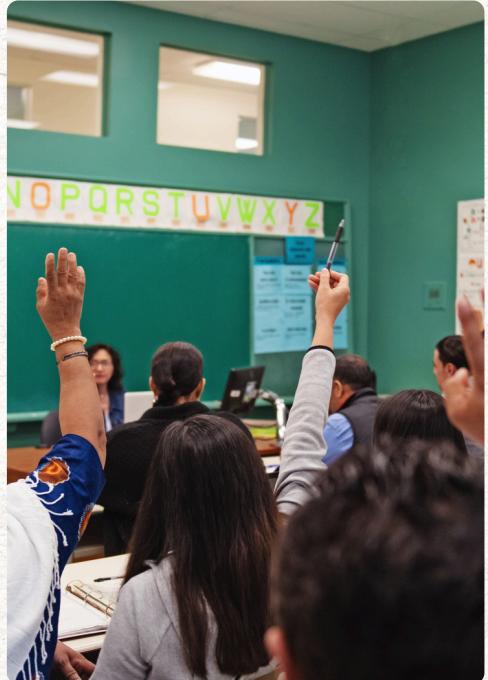
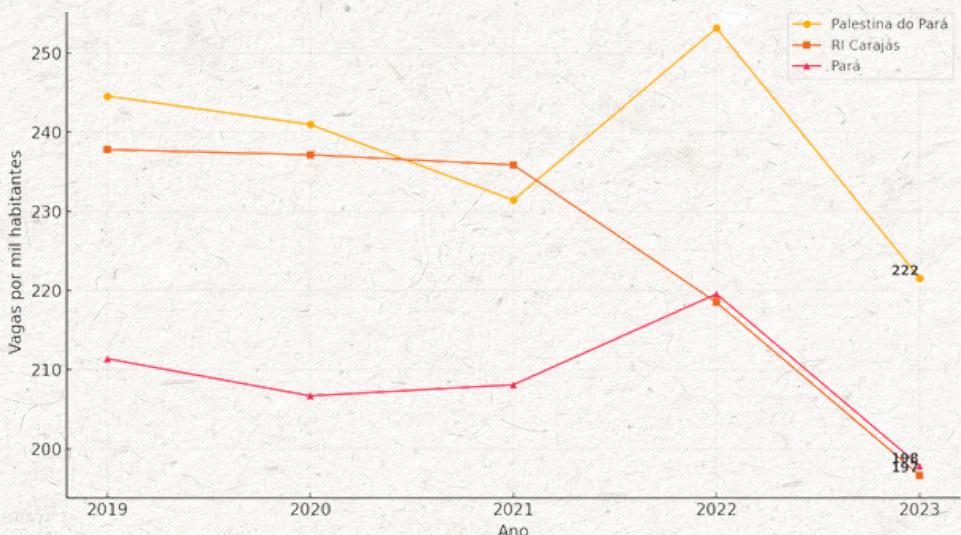




Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 222 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

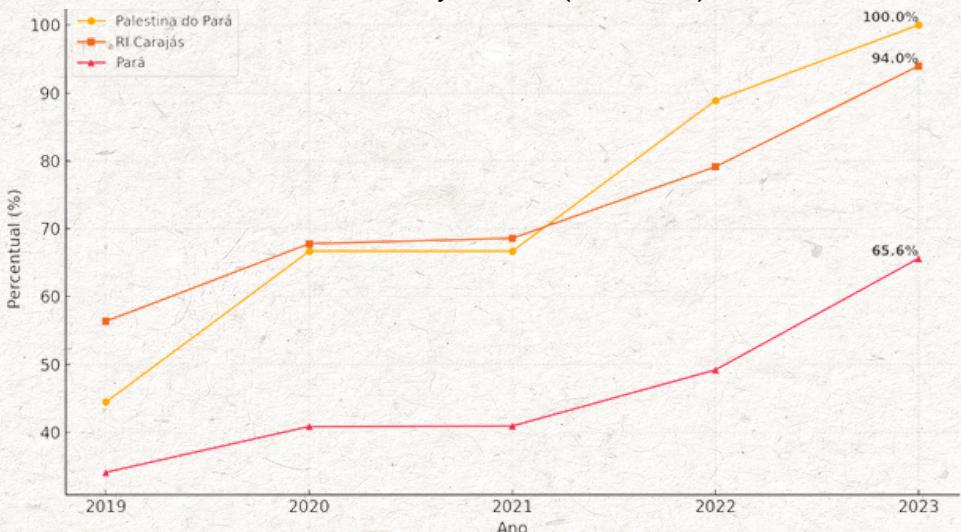
Palestina do Pará apresentou crescimento contínuo no percentual de escolas com acesso à internet: 45,0% em 2019, 67,0% em 2020, 67,8% em 2021, 88,9% em 2022 e 100,0% em 2023. A RI Carajás teve trajetória semelhante, partindo de 56,2% em 2019 e atingindo 94,0% em 2023. O estado do Pará também cresceu, porém em ritmo mais lento: 33,9% em 2019 para 65,6% em 2023 (Gráfico 8).

O desempenho de Palestina do Pará foi expressivo, superando os demais territó-

rios e atingindo a universalização do acesso em 2023. Essa ampliação é relevante para a promoção da inclusão digital, especialmente após a pandemia. A RI Carajás também apresentou evolução significativa, enquanto o estado ainda enfrenta desafios, com apenas dois terços das escolas conectadas. A infraestrutura tecnológica consolidada no município oferece boas condições para o uso pedagógico de recursos digitais na educação básica (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



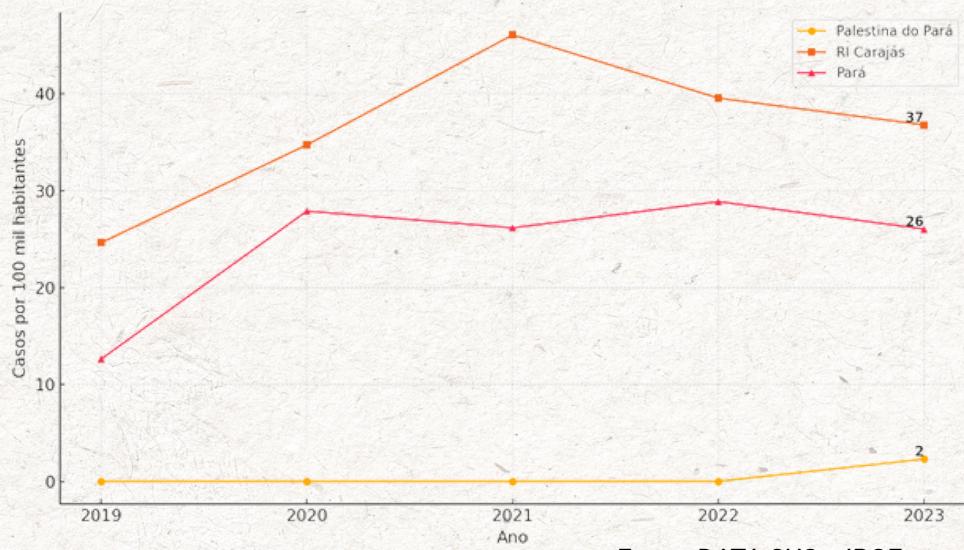
Violência Contra a Mulher por Parceiros

Palestina do Pará não apresentou registro de casos de violência por parceiros entre 2019 e 2022, com o indicador permanecendo zerado durante quatro anos consecutivos. Apenas em 2023 houve registro, com 2 casos por 100 mil habitantes. Na RI Carajás, houve crescimento expressivo entre 2019 (24,8) e 2021 (45,8), seguido de queda para 39,5 em 2022 e 37,0 em 2023. No estado do Pará, o crescimento foi de 12,7 em 2019 para 28,1 em 2022, encerrando em 26,0 em 2023 (Gráfico 9).



A ausência de registros por quatro anos no município pode refletir subnotificação ou ausência de estrutura de denúncia. O contraste com os dados da região e do estado, que apontam crescimento contínuo, reforça a hipótese de invisibilidade dos casos locais. A pequena elevação em 2023 indica possível início de melhoria no sistema de notificação. Ainda assim, a discrepância permanece acentuada em relação à realidade estadual. Políticas de proteção e canais de denúncia acessíveis são essenciais para enfrentar essa violência de forma efetiva (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

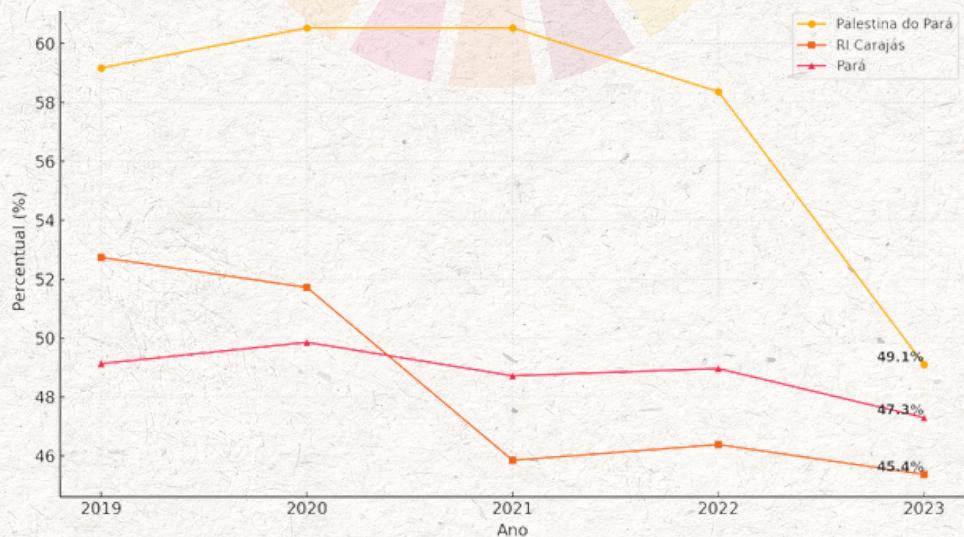
Palestina do Pará apresentou percentuais elevados no início da série, com 59,1% em 2019 e pico de 60,5% em 2020 e 2021. A partir de 2022, houve declínio, chegando a 58,3% e, finalmente, 49,1% em 2023. Na RI Carajás, o indicador partiu de 52,7% em 2019 e caiu gradativamente até atingir 45,4% em 2023. No estado do Pará, os valores oscilaram pouco, variando entre 49,1% em 2019 e 47,3% em 2023 (Gráfico 10).





Apesar da queda recente, Palestina do Pará ainda se mantém acima das médias estadual e regional quanto à presença feminina em cargos gerenciais. O recuo de mais de 11 pontos percentuais em dois anos acende um alerta sobre possíveis retrocessos nas políticas de equidade. A região imediata teve queda mais constante e homogênea, enquanto o estado manteve estabilidade. A valorização da liderança feminina requer ações contínuas, inclusive diante de movimentos regressivos como os observados em 2022-2023 (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 49,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Palestina do Pará iniciou 2019 com apenas 1,2% da população de baixa renda atendida com coleta de esgoto, número que caiu para 1,0% em 2020 e para 0,9% em 2021 e 2022. Em 2023, esse índice ficou ainda menor, em 0,8%. A RI Carajás mostrou avanço expressivo, de 8,2% em 2019 para 13,4% em 2023. O estado do Pará também evoluiu, passando de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023 (Gráfico 11).

O indicador evidencia um cenário de forte exclusão no município, sem avanços ao longo do período. A estagnação em níveis tão baixos contrasta com os avanços observados nos outros territórios. A expansão da cobertura em RI Carajás e no estado reforça a urgência de investimentos específicos para mudar essa realidade local. A negligência no acesso ao saneamento para populações vulneráveis compromete diretamente a saúde pública e a dignidade da população. Palestina do Pará permanece em situação crítica neste quesito (Gráfico 11).

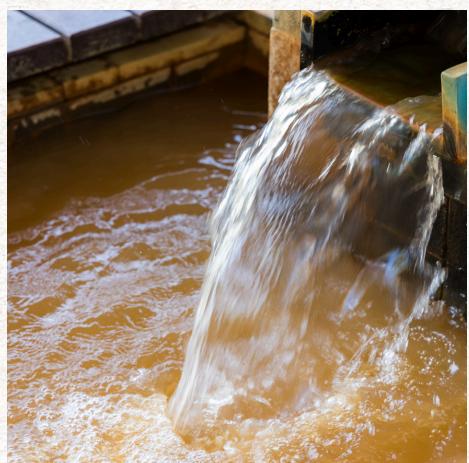
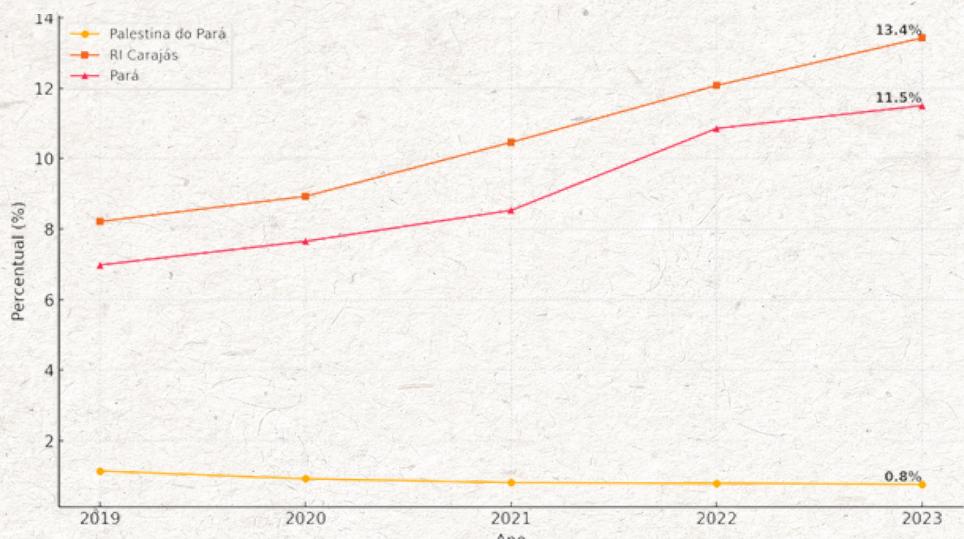




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em 2019, Palestina do Pará investiu apenas R\$ 7,5 por habitante em saneamento, aumentando para R\$ 20 em 2020 e R\$ 55 em 2021. Após ligeira queda para R\$ 51 em 2022, o valor chegou a R\$ 98 em 2023. Na RI Carajás, o gasto saltou de R\$ 153 em 2019 para R\$ 472 em 2023, com pico de R\$ 541 em 2022. O estado do Pará também apresentou crescimento, de R\$ 79 em 2019 para R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

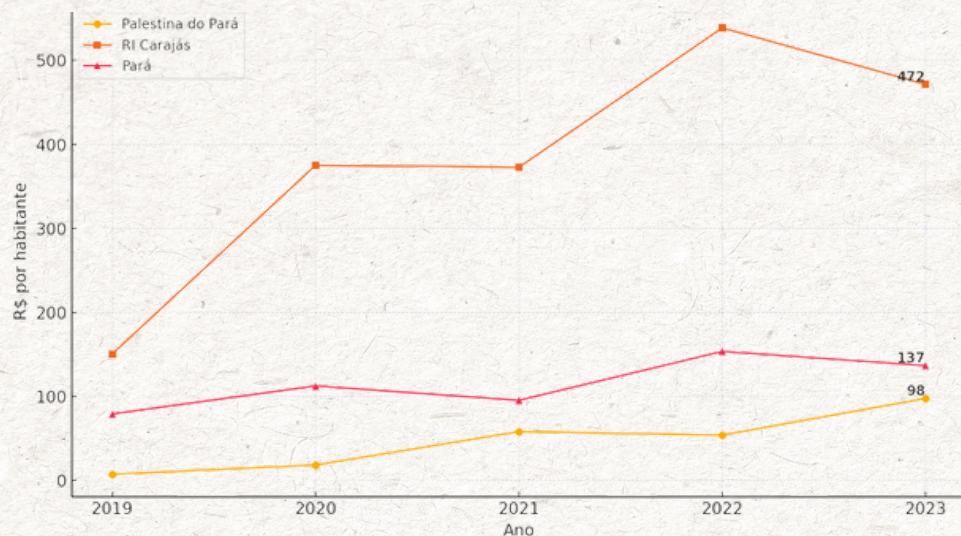
Apesar do aumento significativo no município, o gasto

per capita ainda é muito inferior à média regional e estadual. A evolução de R\$ 10 para R\$ 98 em cinco anos representa esforço fiscal importante, mas que ainda não reflete melhora no atendimento à população de baixa renda. A distância entre investimento e cobertura efetiva evidencia ineficiência na aplicação dos recursos. Políticas integradas de gestão, fiscalização e ampliação da rede são fundamentais para converter gasto em acesso concreto ao serviço (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 98/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 7: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)



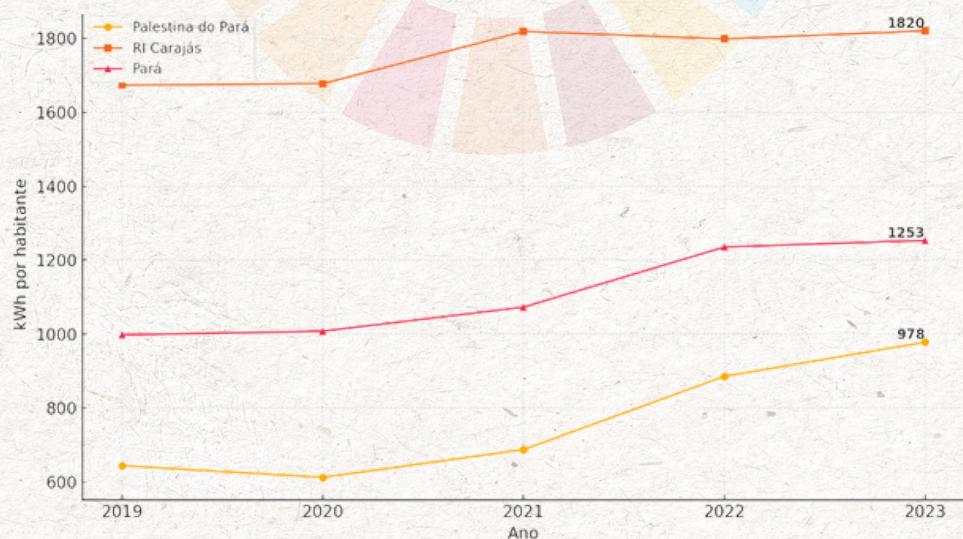
Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Em Palestina do Pará, o consumo per capita de energia elétrica era de 644 kWh/hab. em 2019 e caiu levemente para 614 em 2020. A partir de 2021, houve crescimento constante: 692 kWh/hab. em 2021, 889 em 2022 e 978 em 2023, indicando avanço no acesso ou no uso residencial e produtivo de eletricidade. Na RI Carajás, os valores oscilaram em patamar elevado, de 1.676 kWh/hab. em 2019 para 1.820 em 2023. No estado do Pará, o consumo passou de 1.000 para 1.253 kWh/hab. no mesmo intervalo (Gráfico 13).



O consumo em Palestina do Pará, apesar do crescimento, segue abaixo da média estadual e muito aquém da média regional. A aceleração do crescimento a partir de 2021 pode estar ligada à expansão da rede elétrica ou a melhorias econômicas e de infraestrutura local. Já a RI Carajás mantém consumo alto e estável, sinalizando maior industrialização ou uso comercial. O estado também teve crescimento sustentado. O município, apesar dos avanços, ainda enfrenta desigualdades no acesso à energia em relação aos demais territórios (Gráfico 13).

**Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.),
Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)**



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 978 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

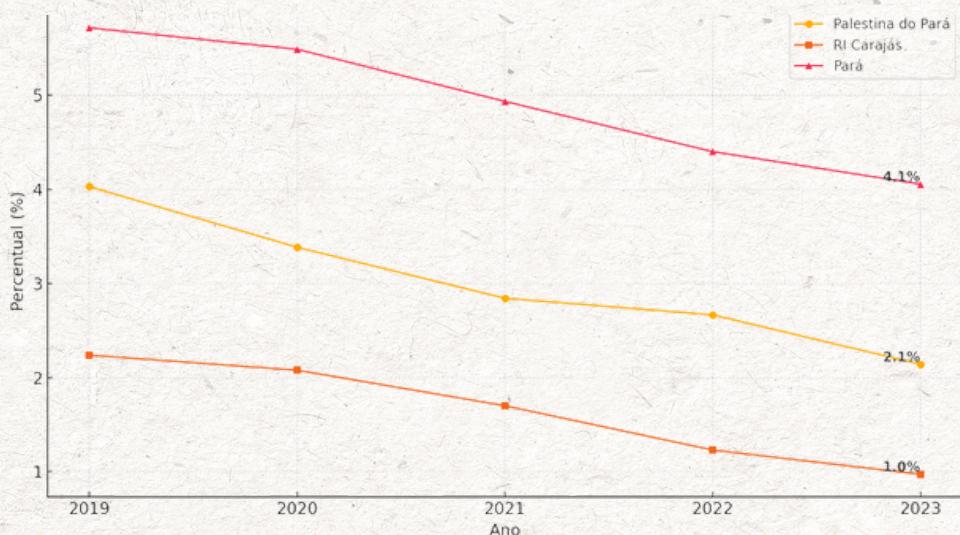
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em 2019, 4,0% dos domicílios de baixa renda em Palestina do Pará ainda utilizavam fontes fósseis para iluminação. Esse percentual foi reduzido de forma progressiva: 3,4% em 2020, 2,9% em 2021, 2,7% em 2022 e, finalmente, 2,1% em 2023. A RI Carajás apresentou taxas mais baixas ao longo da série, partindo de 2,3% em 2019 e chegando a apenas 1,0% em 2023. O estado do Pará apresentou a maior taxa em 2019 (5,7%), com queda contínua até 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



A redução em Palestina do Pará é expressiva e positiva, embora o percentual ainda esteja acima da média regional. O avanço pode estar relacionado a programas de universalização do acesso à energia, especialmente nas áreas rurais ou periféricas. A RI Carajás, com percentual menor, revela melhores condições de infraestrutura energética. Já o estado, embora ainda enfrente desafios, também mostra melhora consistente. O cenário indica que o município está avançando, mas ainda precisa acelerar a substituição de fontes poluentes por energia elétrica segura e limpa (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



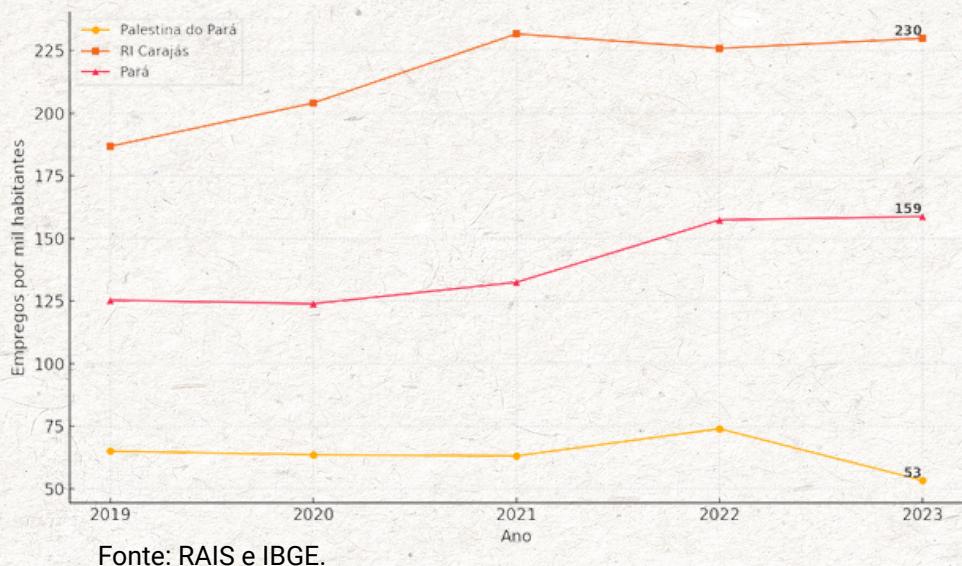
Empregos Formais por Mil Habitantes

Essa trajetória evidencia que, enquanto município, Palestina do Pará mostra fragilidade no mercado formal de trabalho, com níveis bem inferiores aos da região e do estado. A queda em 2023 interrompe uma recuperação pontual ocorrida no ano anterior, o que pode indicar retração econômica local ou precarização do mercado. Em contrapartida, tanto a RI Carajás quanto o estado do Pará registraram crescimento contínuo e estável, sinalizando maior dinamismo econômico e geração de empregos formais. A baixa densidade de vínculos em Palestina reforça a necessidade de políticas de fomento produtivo local (Gráfico 15).

Em Palestina do Pará, o número de empregos formais por mil habitantes manteve-se relativamente estável entre 2019 e 2021, oscilando entre 64 e 63. Em 2022, houve um crescimento para 73,4, o melhor resultado da série, seguido de uma queda brusca em 2023 para apenas 53 empregos por mil habitantes. A Região de Integração Carajás apresentou trajetória ascendente, de 186 em 2019 para 230 em 2023. Já o estado do Pará cresceu de 125 para 159 empregos formais por mil habitantes no mesmo período (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 53 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

Palestina do Pará apresentou crescimento contínuo do PIB per capita, partindo de R\$ 8.617 em 2018 para R\$ 14.812 em 2022. Esse aumento de 46% no período, embora positivo, manteve o município muito abaixo da média estadual e regional. A RI Carajás apresentou desempenho extraordinário, saindo de R\$ 50.758 em 2018 para R\$ 149.973 em 2022, um aumento de 195%. O estado do Pará também cresceu, passando de R\$ 19.199 para R\$ 33.954 no mesmo intervalo (Gráfico 16).

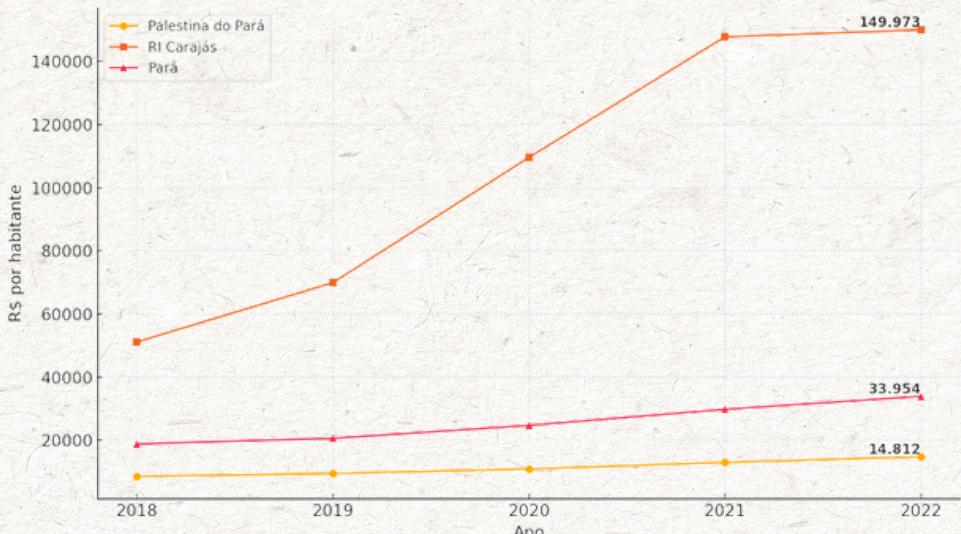
O crescimento modesto em Palestina do Pará revela limita-



ções na diversificação e intensidade econômica local. A distância para a RI Carajás – que quadruplicou o PIB per capita em relação ao município é expressiva, destacando uma concentração regional da atividade econômica. O estado, embora com ritmo menos acelerado, teve aumento mais robusto que o município. A análise mostra que, apesar de avanços, Palestina do Pará ainda possui baixa capacidade produtiva por habitante, refletindo-se também em indicadores sociais e de emprego (Gráfico 16).



Gráfico 16 - PIB per capita, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 14.812/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



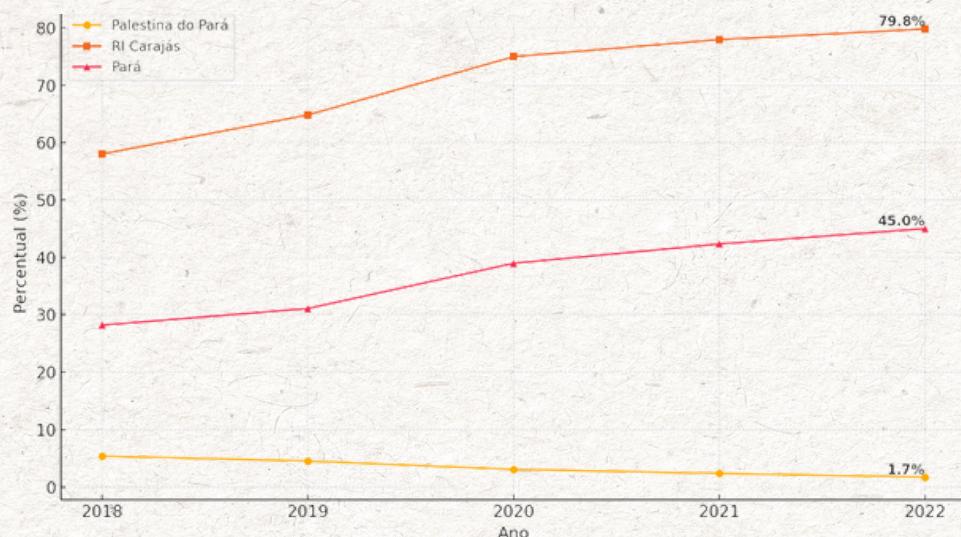
Palestina do Pará iniciou a série com 5,2% do seu PIB advindo da indústria em 2018, caindo para 4,6% em 2019, 3,5% em 2020, 2,4% em 2021 e atingindo apenas 1,7% em 2022. Em contraste, a RI Carajás apresentou forte perfil industrial, com crescimento de 57,8% em 2018 para 79,8% em 2022. O estado do Pará também registrou expansão da indústria, indo de 28,1% para 45,0% no mesmo período (Gráfico 17).

O encolhimento da participação industrial no PIB de Palestina do Pará é preocupante, pois revela desindustrialização ou ausência de expansão produtiva nesse setor. A expressiva disparidade frente à RI Carajás evidencia que o município não acompanha o dinamismo industrial regional. Enquanto a indústria é pilar da economia regional e estadual, em Palestina a atividade permanece marginal. Isso compromete o potencial de geração de empregos qualificados, diversificação produtiva e arrecadação tributária local (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Palestina do Pará, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes iniciou em 2019 com 8,9, recuou levemente para 8,5 em 2020 e caiu para 7,5 em 2021. Em 2022 houve um pequeno crescimento, atingindo 9,3, mas em 2023 o índice desabou para apenas 4,0. Na RI Carajás, os valores oscilaram positivamente de 18,2 em 2019 até 22,0 em 2023. O estado do Pa-



rá teve crescimento estável, passando de 16,8 para 21,0 no mesmo intervalo (Gráfico 18).

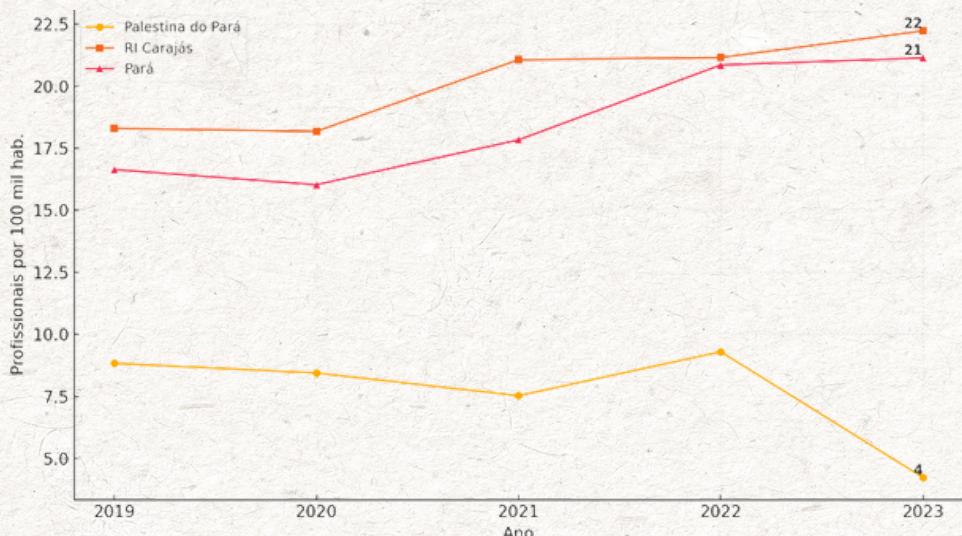
O comportamento do município revela forte instabilidade e tendência negativa recente na presença de profissionais da

ciência, ao contrário das médias regional e estadual. A queda expressiva em 2023 sugere possível evasão, desvalorização da carreira ou redução de investimentos em pesquisa e inovação local. A diferença para a RI e o estado acentuou-se significativamente ao final do período. Enquanto Carajás e Pará ampliam seu capital humano qualificado, Palestina do Pará se distancia do cenário científico e tecnológico. Reverter essa tendência requer ações voltadas à valorização profissional e incentivo à ciência local (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





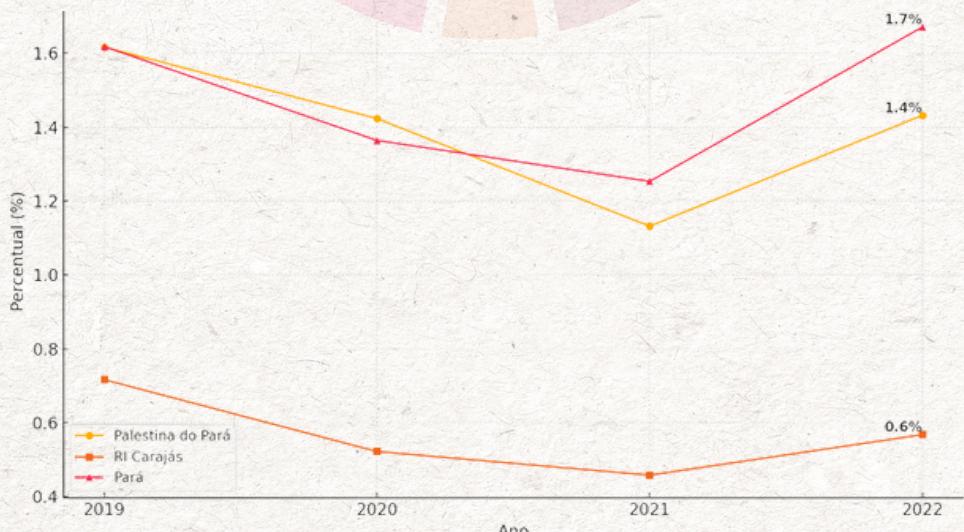
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Em 2019, a massa salarial dos vínculos formais representava 1,6% do PIB de Palestina do Pará, recuando para 1,4% em 2020 e 1,2% em 2021. Em 2022 houve leve recuperação, atingindo 1,4%. A RI Carajás registrou valores bem inferiores no mesmo período, indo de 0,7% em 2019 para 0,6% em 2022, após queda para 0,5% em 2021. Já o estado do Pará apresentou trajetória semelhante à do município: partiu de 1,6% em 2019, caiu para 1,3% em 2021 e subiu para 1,7% em 2022 (Gráfico 19).

A leve retomada em 2022 não compensou

totalmente a perda registrada entre 2019 e 2021, sinalizando que a remuneração do trabalho formal perdeu participação na economia municipal. O dado revela certa fragilidade da base produtiva local em distribuir renda via mercado de trabalho formal. Apesar disso, Palestina do Pará ainda apresenta proporção superior à da RI Carajás, onde o PIB é altamente concentrado em setores de baixa absorção de mão de obra. O estado mostra recuperação mais expressiva, sugerindo políticas ou conjuntura econômica mais favoráveis à valorização salarial (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

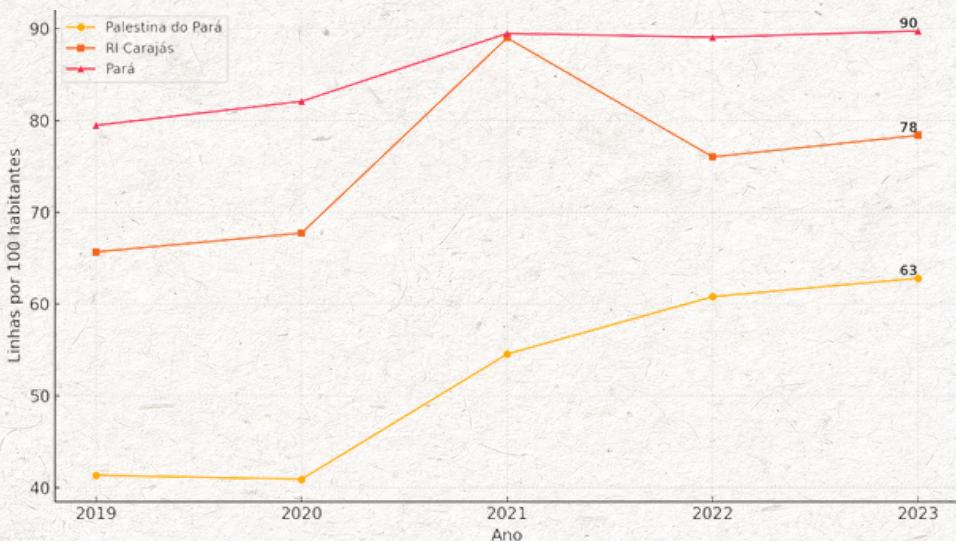
Em Palestina do Pará, o número de linhas móveis por 100 habitantes era de 41,4 em 2019, caiu ligeiramente para 40,5 em 2020, e teve crescimento expressivo para 54,3 em 2021. O avanço seguiu em 2022 com 60,6 e atingiu 63,0 em 2023, revelando melhora significativa no acesso. Na RI Carajás, houve aumento de 65,8 (2019) para 89,4 (2021), queda para 76,1 (2022) e leve recuperação para 78,0 em 2023. O estado do Pará manteve trajetória ascendente: 79,3 em 2019 para 90,0 em 2023 (Gráfico 20).

O município teve crescimento notável a partir de 2021, embora ainda permaneça com cobertura inferior à da região e do estado. A ampliação do acesso pode estar associada à expansão de infraestrutura ou maior aquisição de linhas pré-pagas. A RI apresentou queda pós-2021, enquanto o estado segue tendência de crescimento estável. Ainda assim, a diferença para Palestina do Pará permanece considerável. Reduzir essa lacuna exige manutenção de investimentos em conectividade e cobertura móvel (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

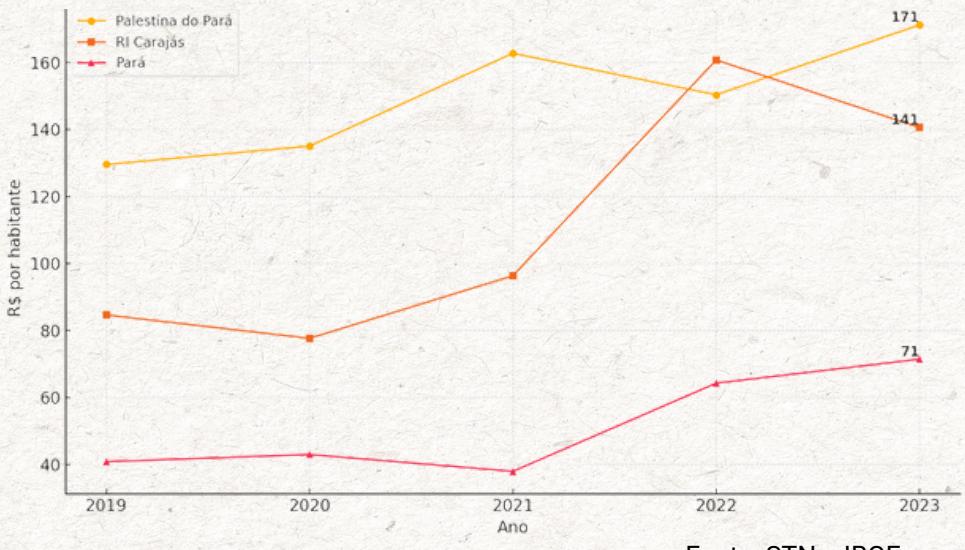
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Palestina do Pará partiu de R\$ 129,5 por habitante em 2019, subiu para R\$ 134,9 em 2020 e teve salto expressivo para R\$ 163,1 em 2021. Houve recuo para R\$ 151,4 em 2022 e retomada em 2023, alcançando R\$ 171,0. A RI Carajás oscilou entre R\$ 85,2 em 2019, R\$ 78,7 em 2020, e subiu para R\$ 97,3 em 2021, R\$ 160,2 em 2022 e R\$ 141,0 em 2023. O estado do Pará teve aumento contínuo de R\$ 40,0 (2019) para R\$ 71,0 (2023) (Gráfico 21).

O município manteve níveis consistentemente superiores aos das médias estadual e regional, com destaque para o pico de 2023. Isso evidencia uma priorização nas políticas culturais e ambientais locais, mesmo com oscilações pontuais. A RI apresentou avanço relevante entre 2021 e 2022, mas não sustentou o patamar. O estado mostra tendência positiva, embora ainda esteja bem abaixo do município. O cenário de Palestina do Pará demonstra protagonismo fiscal na pauta socioambiental (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



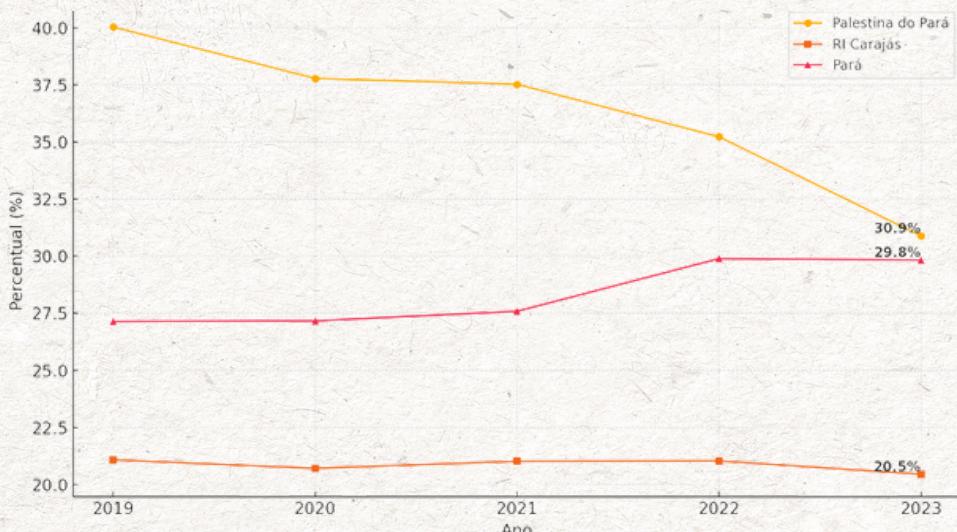


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em 2019, 40,0% das pessoas de baixa renda em Palestina do Pará descartavam resíduos por queima ou enterramento. Esse número caiu para 37,8% em 2020, 37,4% em 2021, 35,3% em 2022 e 30,9% em 2023. Na RI Carajás, o percentual ficou quase estável, entre 21,1% em 2019 e 20,5% em 2023. O estado do Pará iniciou com 27,2% em 2019 e terminou com 29,8% em 2023, com pequena oscilação ao longo do período (Gráfico 22).

A queda no município foi significativa: quase 10 pontos percentuais em cinco anos. Isso pode refletir expansão da coleta formal de resíduos ou campanhas educativas. Apesar da melhora, Palestina do Pará ainda apresenta índices superiores aos da região e estado. A persistência desse tipo de descarte compromete a saúde e o meio ambiente, sendo necessária a continuidade das ações estruturais. O estado, por outro lado, apresenta leve tendência de alta, o que exige atenção (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 30,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



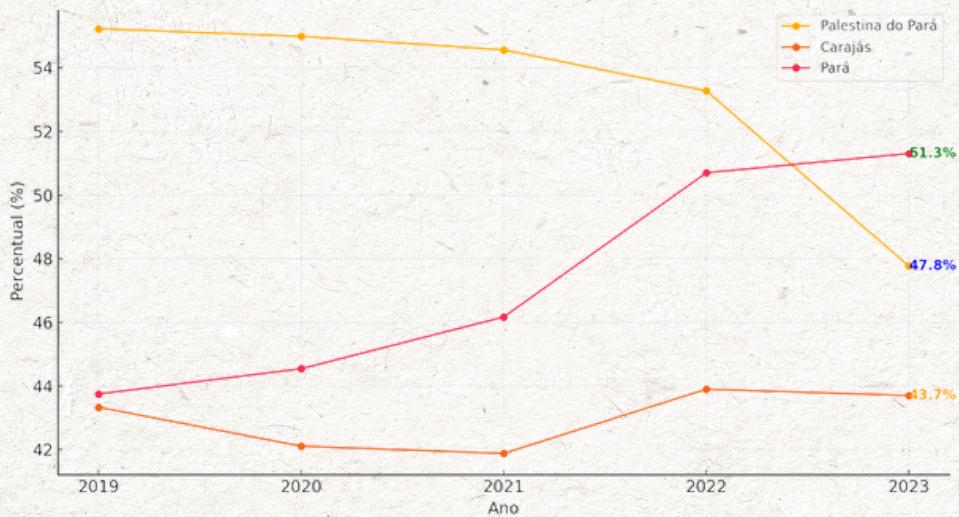
População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Palestina do Pará iniciou 2019 com 55,3% da população de baixa renda utilizando fossa rudimentar, decrescendo para 55,0% (2020), 54,6% (2021), 53,2% (2022) e, finalmente, 47,8% em 2023. A RI Carajás variou de 43,4% (2019) para 43,7% (2023), após queda até 2021 (41,7%). O estado do Pará apresentou crescimento: 43,7% em 2019 e 51,3% em 2023, com destaque para os avanços entre 2021 e 2022 (Gráfico 23).

Apesar do alto patamar inicial, Palestina do

Pará apresentou a maior redução proporcional entre os três níveis. A queda de 7,5 pontos percentuais entre 2019 e 2023 indica avanço na substituição por sistemas mais adequados. A RI se manteve praticamente estagnada e o estado teve crescimento do uso de fossas rudimentares, o que representa um retrocesso. O desempenho do município, embora ainda crítico, caminha na direção correta e merece ser reforçado por políticas de saneamento inclusivo (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



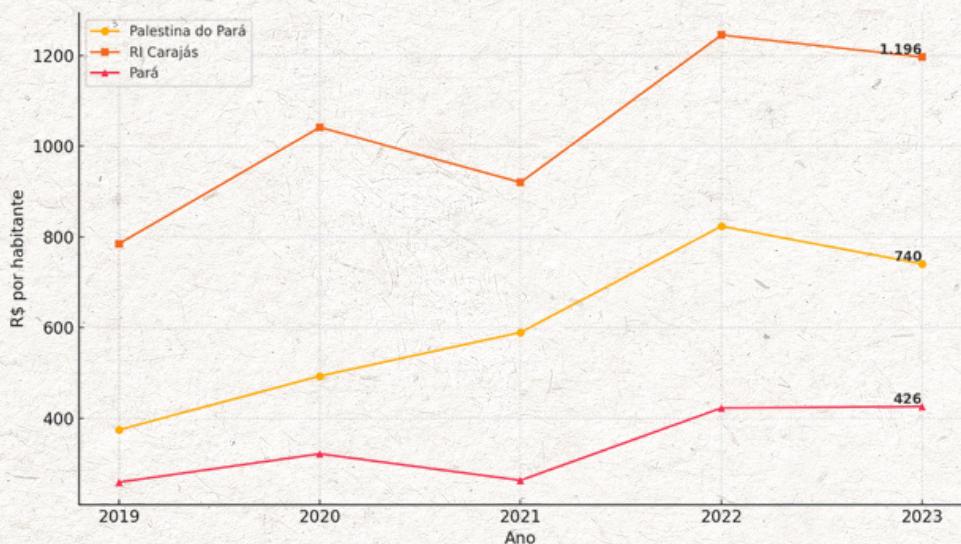
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Palestina do Pará, os gastos per capita com prevenção de desastres subiram de R\$ 374 em 2019 para R\$ 494 em 2020, e depois para R\$ 586 em 2021. Em 2022, houve um salto para R\$ 827, seguido de leve queda em 2023, com R\$ 740. A RI Carajás apresentou valores significativamente mais altos, começando em R\$ 787 em 2019 e chegando a R\$ 1.196 em 2023, com o maior pico em 2022 (R\$ 1.255). O estado do Pará mostrou crescimento mais contido: de R\$ 264 em 2019 para R\$ 426 em 2023 (Gráfico 24).



Palestina do Pará teve comportamento positivo, com forte crescimento até 2022, indicando aumento da atenção à mitigação de riscos climáticos e estruturais. Ainda assim, os valores permanecem abaixo dos da região imediata, que investiu mais do que o dobro per capita em 2023. O Pará, por outro lado, apresentou evolução estável e discreta, com menor esforço proporcional. A trajetória do município é promissora, mas requer consolidação e alinhamento com os níveis regionais. O investimento em prevenção pode reduzir impactos futuros e gerar economias estruturais. A oscilação em 2023 indica a necessidade de continuidade na política de proteção ambiental e urbana (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 740/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14: Despesa per capita com preservação aquática**.

Despesa per capita com preservação aquática

Palestina do Pará iniciou 2019 com um valor elevado de R\$ 288 por habitante, recuando para R\$ 189 em 2020 e subindo novamente para R\$ 265 em 2021. Em 2022, houve nova redução para R\$ 143, seguida de recuperação em 2023, atingindo R\$ 237. A RI Carajás manteve valores baixos e estáveis: R\$ 33 em 2019, com pequenas oscilações até alcançar R\$ 25 em 2023. O estado do Pará cresceu de R\$ 182 em 2019 para R\$ 287 em 2023, com picos em 2020 e 2023 (Gráfico 25).

O comportamento de Palestina do Pará

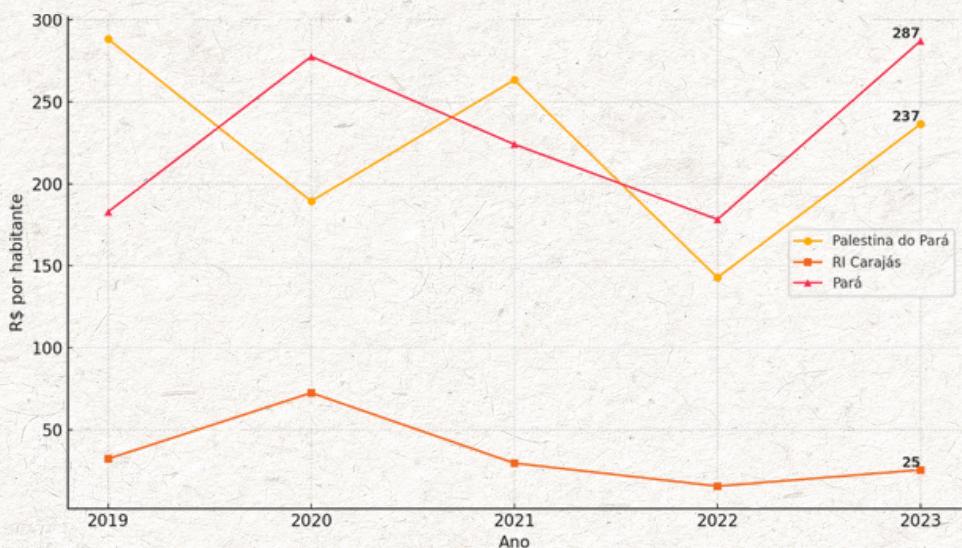
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.



mostra forte investimento na temática aquática, acima das médias regional e estadual em quase todos os anos. Ainda que tenha enfrentado oscilações, o patamar de 2023 confirma a retomada da prioridade orçamentária para esse setor. A RI Carajás se manteve com níveis reduzidos de alocação, demonstrando baixa atuação nesse tipo de política. O estado ampliou seus investimentos, mas ainda apresenta variações relevantes. O município demonstra comprometimento com a agenda hídrica, o que é fundamental para a proteção de recursos e territórios ribeirinhos (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 237/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

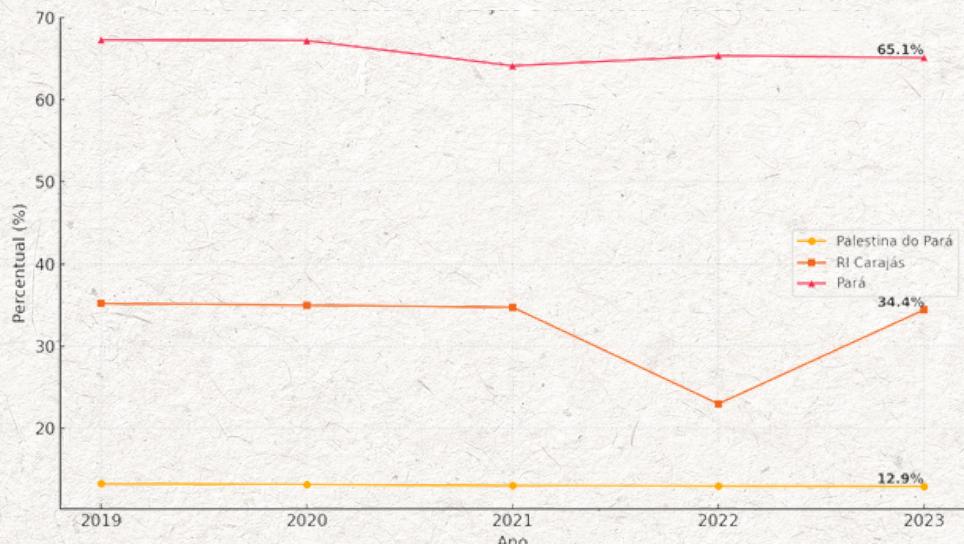
Palestina do Pará apresentou uma proporção de área florestal praticamente constante entre 2019 e 2022, variando apenas entre 13,1% e 13,0%. Em 2023, o percentual caiu ligeiramente para 12,9%. A RI Carajás iniciou com 35,2% em 2019, mantendo esse nível até 2021, mas teve queda para 23,4% em 2022 e retomada para 34,4% em 2023. O estado do Pará manteve proporções elevadas e estáveis, com 67,3% em 2019 e 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

A cobertura florestal em Palestina do Pará é baixa e quase inalterada, indicando ausência

de políticas efetivas de recuperação ou expansão. Em comparação, a RI Carajás sofreu queda brusca em 2022, mas demonstrou recuperação no ano seguinte. O estado apresentou resiliência na conservação de florestas, com pequenas variações ao longo do tempo. A baixa proporção de floresta no município evidencia um passivo ambiental histórico. Políticas de reflorestamento e uso sustentável da terra são fundamentais para reverter esse cenário. A estabilidade do indicador oculta a urgência de ação ambiental estruturada (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

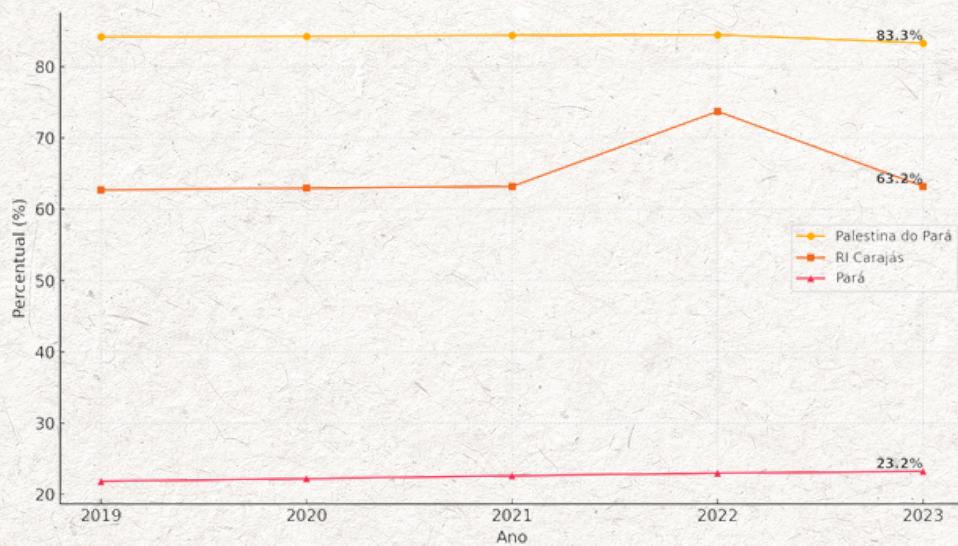
Em Palestina do Pará, o percentual de área desmatada permaneceu muito elevado e praticamente constante: 84,2% entre 2019 e 2022, com ligeira queda para 83,3% em 2023. A RI Carajás manteve 63,0% até 2021, teve um aumento preocupante para 73,8% em 2022 e queda em 2023 para 63,2%. O estado do Pará teve evolução moderada, de 21,6% em 2019 para 23,2% em 2023, refletindo pressão crescente sobre os recursos florestais (Gráfico 27).

O indicador revela que Palestina do Pará está entre os territórios mais desmatados pro-

porcionalmente, com mais de 80% de sua área degradada. A ausência de variações ao longo do tempo sugere estagnação nas políticas de controle e regeneração. A RI teve aumento alarmante em 2022, provavelmente por fatores conjunturais de uso da terra, mas apresentou correção em 2023. O estado, embora distante da realidade crítica do município, mostra avanço no desmatamento. A situação em Palestina é estrutural e demanda resposta urgente com ações intersetoriais, reflorestamento e ordenamento territorial (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 83,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Em Palestina do Pará, a taxa de trabalho infantil era de 13,4 em 2019 e permaneceu estável em 2020. A partir de 2021, houve elevação para 26,6, seguida por um pico de 29,1 em 2022. Em 2023, observou-se forte queda para 14,3, retornando a níveis similares aos de 2019. A RI Carajás reduziu o índice continuamente, de 34,4 em 2019 para 8,3 em 2023. O estado do Pará também registrou declínio, passando de 39,6 para 11,3 no mesmo período (Gráfico 28).

O comportamento em Palestina do Pará foi marcado por oscilação, com aumento rele-

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

vante entre 2020 e 2022 e queda expressiva no último ano. Isso indica avanços recentes no combate ao trabalho infantil, após um período de agravamento. A RI e o estado mostraram desempenho mais consistente e sustentável, com reduções contínuas ao longo dos anos. A queda em 2023 é positiva, mas o histórico instável do município reforça a necessidade de políticas estruturadas e duradouras. O alinhamento com a tendência estadual depende da manutenção e ampliação dos mecanismos de proteção social (Gráfico 28).

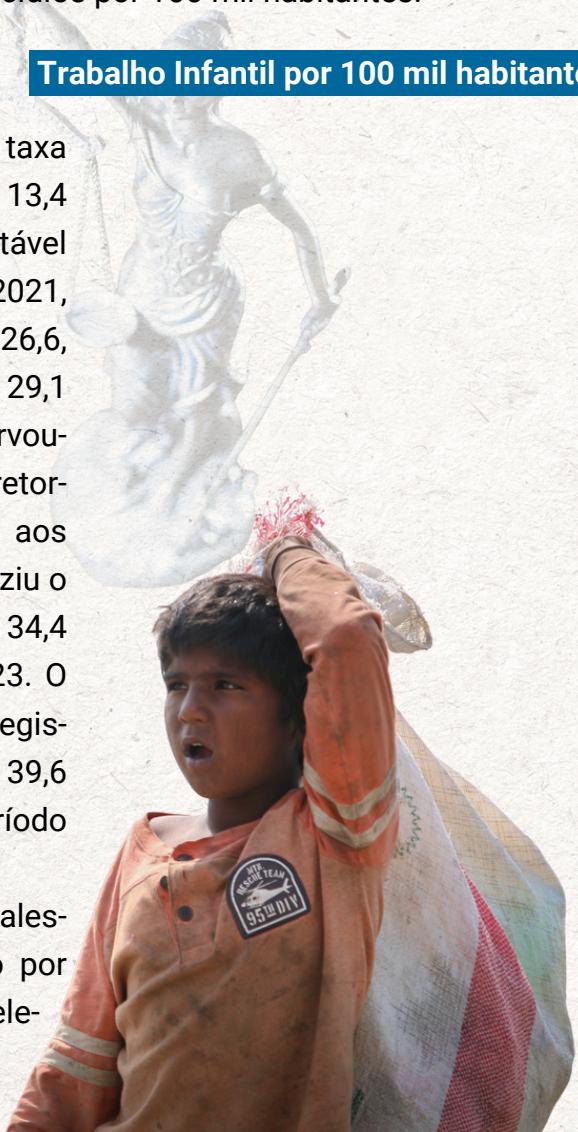
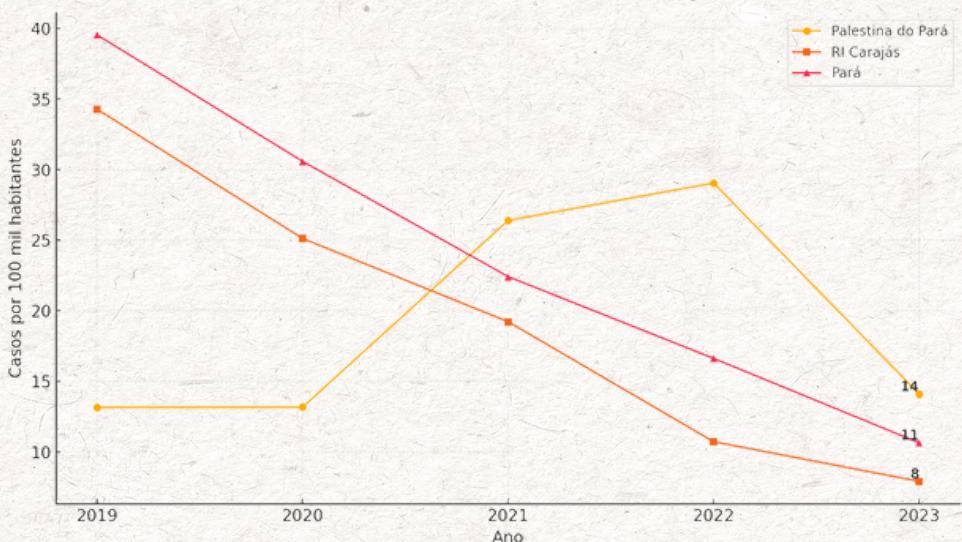




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

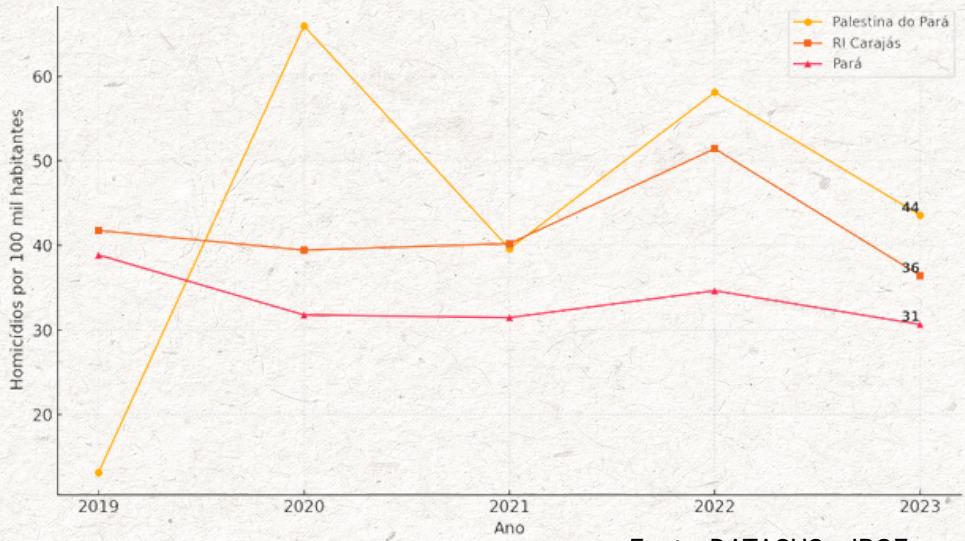
Em 2019, a taxa de homicídios em Palestina do Pará era de 13,0, subindo abruptamente para 65,3 em 2020. Em 2021, o índice caiu para 39,8, subiu novamente em 2022 para 58,1 e recuou para 44,2 em 2023. A RI Carajás partiu de 41,8 em 2019, oscilou levemente nos anos seguintes e fechou 2023 com 36,2. O estado do Pará apresentou trajetória mais estável, com ligeira queda de 38,8 em 2019 para 31,1 em 2023 (Gráfico 29).

Palestina do Pará apresenta uma das ma-

iores variações de taxa de homicídios no período, com picos críticos em 2020 e 2022. Mesmo com a queda em 2023, o índice permanece acima da média estadual e próxima à regional. A instabilidade aponta para problemas de segurança pública locais que requerem atuação mais eficaz. O contraste com a trajetória do estado, que manteve declínio gradual, ressalta a gravidade da situação municipal. Intervenções articuladas de segurança, inclusão e justiça são essenciais para estabilizar e reduzir essa taxa (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes,
Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 17: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





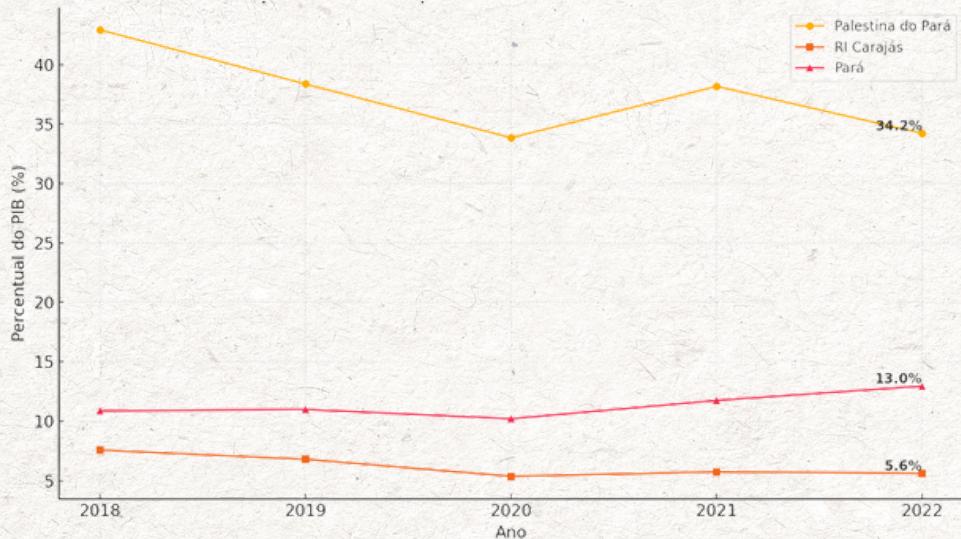
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Palestina do Pará, o gasto público municipal representava 42,6% do PIB em 2018, caindo para 38,2% em 2019 e para 33,8% em 2020. Em 2021, houve uma recuperação para 38,4%, mas em 2022 voltou a cair, encerrando o período em 34,2%. A Região de Integração Carajás apresentou trajetória de queda contínua: de 7,8% em 2018 para 5,6% em 2022. Já o estado do Pará manteve relativa estabilidade até 2020 (em torno de 11%), com crescimento a partir de 2021, chegando a 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

Palestina do Pará registrou níveis significa-

tivamente superior ao da região e do estado, o que indica maior dependência da atividade pública no PIB local. No entanto, a trajetória descendente e as oscilações nos anos finais apontam para possíveis pressões fiscais ou redução relativa dos investimentos públicos. A RI Carajás teve queda persistente, evidenciando perda de participação do setor público na economia local. O estado do Pará, por sua vez, ampliou gradualmente sua proporção, sugerindo incremento nas despesas ou desaceleração do PIB. O destaque municipal é positivo, mas requer equilíbrio fiscal para manter sustentabilidade (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 34,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



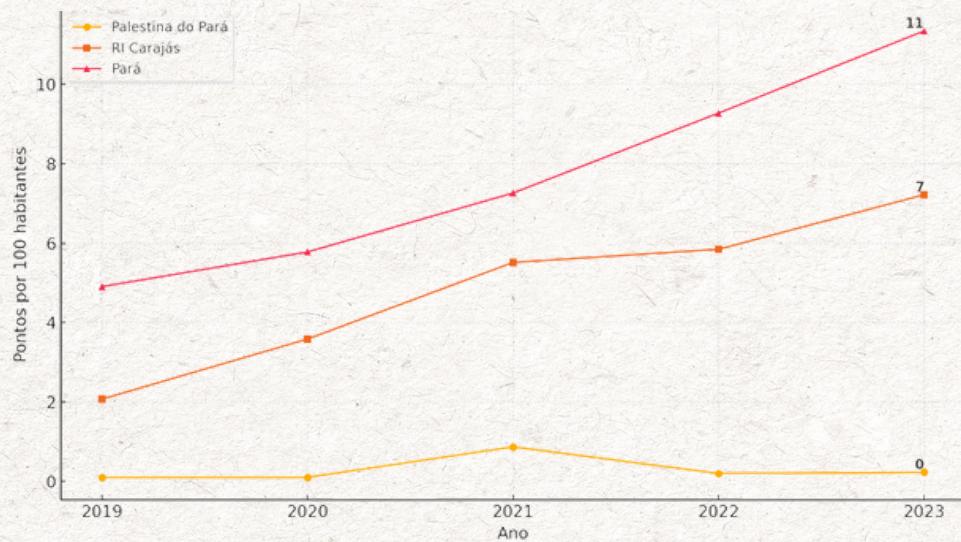
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Palestina do Pará, o acesso à banda larga fixa era nulo em 2019 e 2020, alcançando 0,9 ponto por 100 habitantes em 2021. Em 2022, o índice caiu para 0,3 e voltou a zero em 2023, evidenciando total estagnação no serviço. A RI Carajás apresentou crescimento contínuo, de 2,1 em 2019 para 7,0 pontos em 2023. O estado do Pará também avançou de forma constante, partindo de 4,9 em 2019 e atingindo 11,0 pontos por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 31).

A situação de Palestina do Pará é crítica e

destoante da tendência estadual e regional, com retrocessos e incapacidade de manter cobertura mínima no acesso à banda larga. Enquanto o estado e a RI demonstram progresso consistente na infraestrutura digital, o município apresenta um apagão digital persistente. A ausência de conectividade compromete diretamente a inclusão digital, a educação e o desenvolvimento econômico. A desigualdade de acesso é um alerta para políticas de ampliação urgente do serviço. A expansão de infraestrutura e programas de conectividade subsidiada são essenciais para reverter esse cenário (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

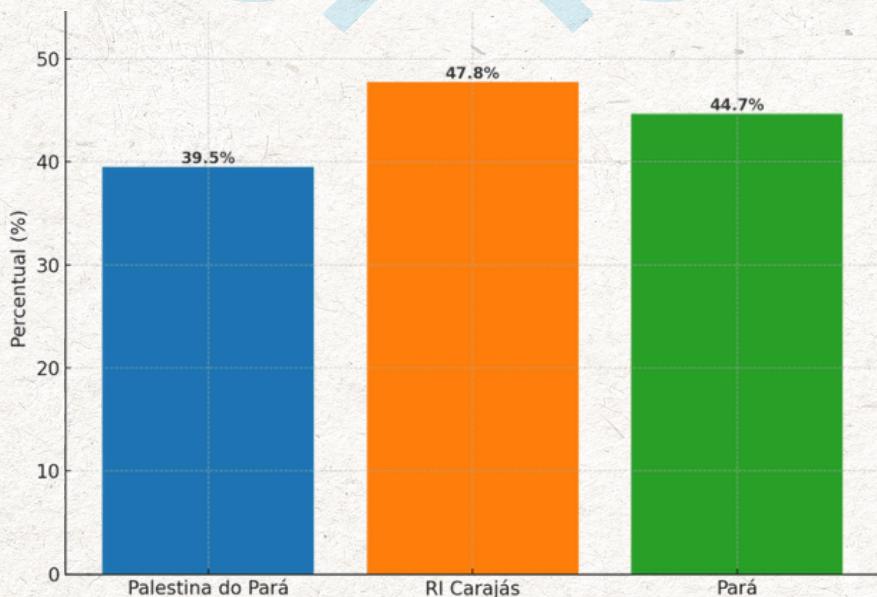
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Palestina do Pará** registrou um IDS de **39,5%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Palestina do Pará x RI Carajás x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



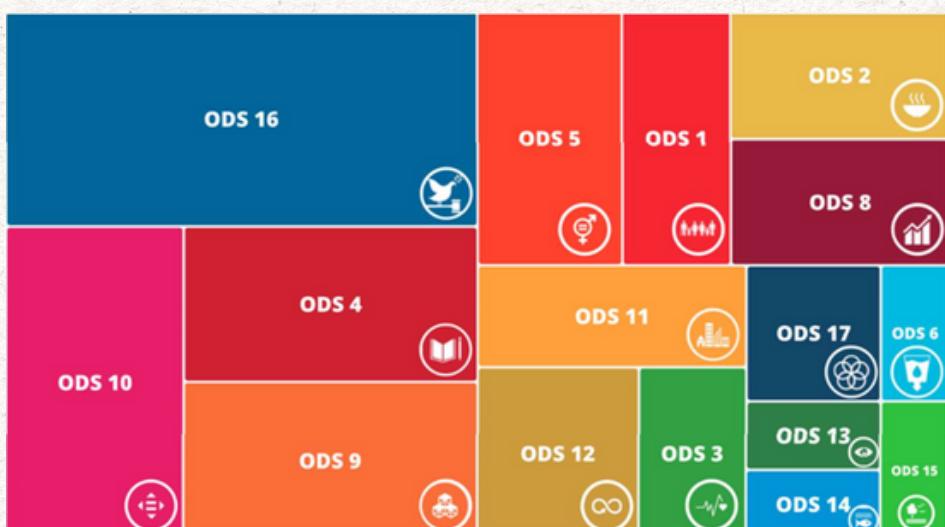
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Palestina do Pará na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Palestina do Pará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

